

Deputado acusa governo de "propósitos escusos"

A desafetação de áreas até aqui de uso comum da população do Distrito Federal, que vem sendo pleiteada pelo GDF, através do Projeto 4937/81, em tramitação na Câmara, foi contestada ontem pelo deputado Carlos Nelson, do PMDB de São Paulo, que acusou o governo de «propósitos escusos», sem preocupação com as consequências futuras. Segundo o deputado, a alegação de que se precisa de área para serviços de infra-estrutura não justifica «conclusões falsas, como a necessidade de retirar do povo seus bens de uso público».

A preocupação de perder áreas que, por lei, pertencem à população, também motivou uma nota de protesto dos moradores do Cruzeiro. Através de seu Conselho de Representantes, foi lembrado, inclusive, que o bairro já foi vítima da alienação de áreas públicas — campos de futebol de areia — antes destinadas ao lazer da comunidade e que cederam lugar à construção de blocos de apartamentos, explorados por companhias imobiliárias particulares.

DESCONFIANÇA

Ressaltando que «o povo brasileiro tem motivos de sobra para desconfiar de seus administradores», Carlos Nelson afirma que o governo já dispõe de mecanismos legais para mudança de destinação originária de área pública. «Como pode o governo alegar que não possui estes mecanismos? Quer dizer que todas as transformações feitas anteriormente foram ilegais?», pergunta o deputado.

Como exemplo destas transformações, ele cita a divisão do Setor de Rádio e Televisão Sul, para dar lugar ao

Setor Comercial Sul, e as áreas livres do Lago Sul que foram transformadas em áreas de comércio. Carlos Nelson cita a Lei de Parcelamento do Solo, de nº 6766, de 19 de dezembro de 1979, utilizada pelo GDF no remanejamento não só das áreas verdes, como dos próprios lotes vendidos da Península Norte, por onde passarão as vias de acesso da futura ponte do Lago Norte.

Lembrando o desmatamento promovido pela Proflora, da administração indireta do GDF, em área próxima ao Núcleo Rural de Sobradinho II, o deputado pergunta «o que não fará a Proflora, dentro do Distrito Federal, respaldada neste projeto de lei».

Mas a preocupação maior é mesmo com a Terracap, responsável pelo comércio das terras do Distrito Federal. O deputado lembra a criação de um shopping center e um bosque, numa área de 400.000m², no há pouco criado Setor de Áreas Isoladas Sudoeste, área que a Terracap já vendeu. «Porque criar um bosque num local de tão difícil acesso já que a população havia sido presentada com uma área de lazer tão grande como o abandonado e pouco usado Parque Pithon?» E para que criar outro shopping ao lado do Carrefour?»

O GDF também foi acusado de violar o código de Edificações, ao autorizar, através da Secretaria de Viação e Obras e Terracap, a criação de novas projeções nas superquadras 412 Sul e 202 Norte, onde o número limite de blocos está completo.

LUCROS

O deputado paulista indaga ainda

«quanto não devem ter lucrado a Terracap e o GDF em cada jogada comercial como estas»? Imaginemos o que pode acontecer se a Terracap começar a vender as áreas livres de Brasília da forma indiscriminada como vem fazendo e, ainda, com o respaldo legal».

Ele lembra ainda que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, de cujo parecer dependem as transações da Terracap, é composto, em sua maioria, por dirigentes de órgãos da administração direta do GDF, ocupando cargos de confiança do governador. «Qual dos membros deste Conselho, numa estrutura governamental de padrinha-mento, terá a ousadia de discordar de seu chefe, para perder seu cargo de confiança?»

CRUZEIRO E LAGO

No Lago Norte, de acordo com a prefeita Sílvia Seabra, «só se fala no Plano Urbanístico e no projeto de desafetação». A preocupação dos moradores, afirma Seabra, chegou a gerar a proposta, que deverá ser encaminhada em breve ao GDF, para que a discussão sobre o Plano Urbanístico, prometida pelo governo, se realize o mais rápido possível. «Todos queremos sentar em torno de uma mesa para discutir o plano, mas é melhor que isto seja feito logo, antes que o projeto de desafetação se transforme em lei».

No Cruzeiro, o Conselho de Moradores, em nota oficial, destaca que «no mundo moderno a preocupação dos governantes deve ser no sentido de criar novas áreas verdes e de lazer, ao invés de extinguir as poucas opções existentes».